

1000 QUESTÕES

ENAC

3º EXAME NACIONAL DOS CARTÓRIOS



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



ENAC

1000 Questões Gabaritadas

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	40

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	41

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	41

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	38

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	42

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	43

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	40

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	39

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	42

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	41

SUMÁRIO



1. (FGV - 2025)

João passeava com seu filho Pedrinho em um *shopping*, quando a criança, desavisadamente, sentou-se para descansar em uma mesa reservada à família de Gerônimo que ali jantaria. Quando Gerônimo viu a cena, fez um escândalo, inclusive xingando João de omissos e de péssimo pai. A cena foi gravada por um terceiro que a divulgou na internet.

O vídeo se tornou viral, mas a maioria dos que o acessavam davam razão a João que, por isso mesmo, passou a participar de programas de televisão e a ser chamado para alguns trabalhos publicitários. Mesmo assim, João acionou Gerônimo requerendo indenização por danos morais.

Nesse caso, os pedidos devem ser julgados

- (A) procedentes, diante da violação aos direitos da personalidade.
- (B) improcedentes, diante da ausência de danos efetivos, considerando que a exposição acabou sendo benéfica, inclusive financeiramente.
- (C) improcedentes, por ausência de ato ilícito no exercício regular da liberdade de expressão.
- (D) improcedentes, por ausência de nexos causal imputável ao réu, uma vez que a divulgação do vídeo foi obra de terceiro.
- (E) improcedentes, porque o réu agiu em legítima defesa.

2. (FGV - 2025)

Barnabé é proprietário de um casebre de dois andares que se encontra em más condições de conservação, na Rua das Flores, e celebrou contrato de locação com Cleonice, cedendo-lhe o imóvel em troca do pagamento de um aluguel proporcional à qualidade do casebre.

Entretanto, não é a locatária que ocupa o imóvel, mas sua filha Diná, que nele reside desde o início da vigência do contrato.

Cleonice, a pedido de Diná, vinha alertando Barnabé sobre a reforma da fachada, que se encontrava em manifesta necessidade de conservação, sem retorno do proprietário. Na última sexta-feira, um pedaço da fachada se despreendeu, em virtude da falta de conservação, e atingiu um transeunte.

Assinale a opção que indica de quem é a responsabilidade pelos danos causados ao transeunte.

- (A) Objetiva e somente de Barnabé.
- (B) Subjetiva e somente de Cleonice e Diná.
- (C) Objetiva e solidária de Barnabé e Cleonice.
- (D) Subjetiva de Barnabé e subsidiária de Diná.
- (E) Somente de Barnabé, mas pressupõe culpa de sua parte.

3. (FGV - 2025)

Trata-se de ação indenizatória ajuizada por Jesuína em face de Roberta, visando à indenização por danos morais e materiais, por suposto estelionato sentimental praticado pela ré. Narra a autora ser viúva, aposentada e que, para complementar sua renda, ainda trabalha como professora substituta na rede estadual. Em 2016, conheceu a ré, 12 anos mais nova, e logo surgiu um relacionamento. A partir daí, seguiram-se vários pedidos de dinheiro e presentes à autora, que somaram cerca de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Nesse período, a ré alegava que passava por graves dificuldades financeiras.



1. (FGV - 2024)

O Capítulo V da Constituição Federal dispõe sobre a Comunicação Social e, no que diz respeito às concessões para o funcionamento de empresas de radiodifusão, estabelece que

- (A) a propriedade de empresa de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos, sendo vedada a propriedade de estrangeiros e naturalizados.
- (B) a não renovação de uma concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois terços do Congresso Nacional, em votação secreta.
- (C) o prazo da concessão ou permissão será de cinco anos para as emissoras de rádio e de dez para as de televisão.
- (D) o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- (E) compete ao Poder Legislativo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com prioridade para empresas estatais.

2. (FGV - 2023)

O Supremo Tribunal Federal apresenta robusta jurisprudência acerca da liberdade jornalística e da atividade da imprensa.

Nesse sentido, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A liberdade de Informação jornalística não legitima a utilização de informações sigilosas obtidas por meios ilícitos.

() No campo da profissão de jornalista, não há espaço para a regulação estatal quanto às qualificações profissionais. O Art. 5º, IV, IX, XIV, e o Art. 220 não autorizam o controle, por parte do Estado, quanto ao acesso e exercício da profissão de jornalista. Qualquer tipo de controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura controle prévio que, em verdade, caracteriza censura prévia das liberdades de expressão e de Informação.

() As críticas que os meios de comunicação social possam dirigir as pessoas públicas deverão ser limitadas e ponderadas conforme o cargo ocupado por elas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F.
- (B) F - V - V.
- (C) V - F - F.
- (D) V - V - V.
- (E) V - F - V.



1. (FGV - 2025)

Determinado gestor teve grande dedicação na estruturação e correlata implementação de política pública direcionada à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que, a seu ver, deveria ser objeto de ampla divulgação, de modo a permitir a fruição dos respectivos benefícios pelos seus destinatários em potencial. Logo após o início da campanha publicitária, que teve caráter informativo, sem promoção pessoal, diversos setores da sociedade civil organizada a criticaram. Afinal, para ele, considerando a realização de eleições no ano subsequente, a campanha terminaria naturalmente por acarretar benefícios indiretos ao gestor, que já se apresentava nas redes sociais como pré-candidato.

Na situação descrita, é correto afirmar que a campanha publicitária:

- (A) não poderia ser realizada, por afrontar a moralidade administrativa;
- (B) não poderia ser realizada, por configurar publicidade de política pública;
- (C) poderia ser realizada, considerando o objetivo almejado com a sua realização;
- (D) não poderia ser realizada, por afrontar o princípio da impessoalidade;
- (E) poderia ser realizada, considerando a plena liberdade do gestor na definição dos objetivos a serem alcançados com a publicidade institucional.

2. (FGV - 2022)

A Secretaria de Segurança Pública do Estado Alfa deseja realizar campanha de caráter informativo e de orientação social relacionada à política pública de sua competência, mediante a instalação de outdoors pelo Estado.

De acordo com a Constituição da República, em tese, a publicidade pretendida é

- (A) viável, mas dela não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (B) inviável, porque tal publicidade caracteriza promoção pessoal, ainda que não haja referência a nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos.
- (C) inviável, porque tal publicidade caracteriza promoção pessoal e conseqüentemente improbidade administrativa, independentemente do emprego de verba pública.
- (D) viável, e dela poderá constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que não haja verba pública envolvida.
- (E) viável, e dela poderá constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que haja prévia autorização do chefe do Poder Executivo.



1. (FGV - 2022)

Relacione os tipos de tributos às suas respectivas explicações.

1. Impostos
2. Taxas
3. Contribuições de melhoria

() têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

() têm como fato gerador a valorização imobiliária frente à existência de melhoria em imóvel determinado.

() têm por fato gerador uma situação independente de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
(B) 1 – 3 – 2.
(C) 2 – 1 – 3.
(D) 2 – 3 – 1.
(E) 3 – 2 – 1.

2. (FGV - 2024)

O Supremo Tribunal Federal – STF analisou, em diversas oportunidades, a extensão da imunidade tributária recíproca.

De acordo com a CRFB/88 e o entendimento do STF, **não** pode(m) gozar da imunidade tributária recíproca

(A) as empresas públicas delegatárias de serviço público essencial, quando cobram tarifa como contra-prestação do serviço, ainda que não distribua lucros a acionistas privados nem ofereça risco ao equilíbrio concorrencial.

(B) as pessoas jurídicas de direito público, em relação ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA incidente sobre os automóveis adquiridos mediante alienação fiduciária.

(C) a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em relação aos serviços prestados em que não age em regime de monopólio.

(D) os conselhos de fiscalização profissional, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.

(E) as sociedades de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores e que distribua lucros a investidores.

**1. (FGV - 2020)**

Christiana tem três filhas: Roberta, que tem quinze anos e é estudante; Marisa, que tem dezessete anos, mas já se sustenta com o trabalho que realiza como empregada de uma joalheria; e Virgínia, que tem vinte anos, mas ainda reside com a mãe, que a sustenta. A capacidade para exercer os atos da vida civil é atribuída a:

- (A) somente Virgínia;
- (B) somente Marisa;
- (C) somente Marisa e Virgínia;
- (D) somente Roberta e Virgínia;
- (E) Roberta, Marisa e Virgínia.

2. (FGV - 2022)

Justina, casada há 25 anos, substituiu, por ocasião do casamento civil com Eduardo, um dos seus patronímicos pelo do marido.

Ocorre que o sobrenome adotado passou a ser o protagonista de seu nome civil, em prejuízo do patronímico de solteira, o que passou a lhe causar intenso sofrimento, uma vez que sempre fora conhecida pelo sobrenome de seu pai. Tal fato lhe trouxe danos psicológicos, especialmente agora que os últimos familiares que ainda usam o seu sobrenome familiar encontram-se gravemente doentes. Por essas razões, Justina requereu a modificação do seu patronímico, ainda durante a constância da sociedade conjugal, de forma a voltar a utilizar o sobrenome da sua família.

O pedido deve ser julgado:

- (A) improcedente, em virtude do princípio da inalterabilidade do nome ser considerado absoluto na constância da sociedade conjugal;
- (B) procedente, pois a autonomia privada é uma das exceções à inalterabilidade do nome previstas na Lei de Registros Públicos;
- (C) procedente, pela interpretação histórico-evolutiva da inalterabilidade, da preservação da herança familiar, da autonomia privada e da ausência de prejuízo a terceiros;
- (D) improcedente, em razão da modificação do nome civil ser qualificada como excepcional, tendo em vista a consideração à segurança de terceiros;
- (E) improcedente, em virtude da proteção à estabilidade do vínculo conjugal e aos interesses do outro cônjuge, ao menos durante a constância da sociedade conjugal.

3. (FGV - 2025)

Assinale a alternativa correta:

- (A) A morte presumida e a ausência têm efeitos patrimoniais, mas não pessoais.
- (B) Durante a fase de sucessão provisória do ausente, seus imóveis são inalienáveis, salvo por ordem judicial, ou desapropriação.
- (C) A morte presumida é instituto aplicável apenas na pendência de guerra declarada, ou ainda no caso de ausência por mais de 20 anos.



1. (FGV - 2025)

Pedro e Antônio celebraram contrato de compra e venda de coisa móvel. No curso do pagamento parcelado, instaurou-se uma divergência entre ambos em relação ao índice a ser utilizado como critério de atualização monetária das respectivas parcelas. Com o objetivo de conferir maior celeridade à solução dessa divergência, bem como diminuir os respectivos custos, decidiram se submeter à mediação no plano de uma serventia extrajudicial.

Após analisar o Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça, concluíram, corretamente, que:

- (A) somente os serviços notariais estão autorizados a realizar esse procedimento;
- (B) o curso de formação que os mediadores devem frequentar deve ser oficial, organizado pelo Poder Judiciário do respectivo nível federativo;
- (C) os mediadores autorizados a prestar o serviço deverão, a cada dois anos, contados da autorização, comprovar a realização de curso de aperfeiçoamento na área;
- (D) somente os serviços de registro estão autorizados a realizar esse procedimento, desde que constem de listagem pública da Corregedoria-Geral de Justiça a que estão vinculados;
- (E) notários e registradores não poderão prestar serviços profissionais relacionados com suas atribuições às partes envolvidas em sessão de conciliação ou de mediação de sua responsabilidade.

2. (FGV - 2025)

O Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça instituiu o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro. Nesse contexto, o Capítulo II do texto normativo afirma que os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro serão facultativos e deverão observar os requisitos previstos no referido Código, sempre juízo do disposto na Lei nº 13.140/2015.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. Os procedimentos de conciliação e de mediação serão fiscalizados pela Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ) e pelo juiz coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) da jurisdição a que estejam vinculados os serviços notariais e de registro.

II. O Nupemec (Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) manterá cadastro de conciliadores e mediadores habilitados, do qual deverão constar dados relevantes de atuação, tais como o número de causas de que participou, o sucesso ou insucesso da atividade, a matéria sobre a qual versou a controvérsia, além de outras informações que julgar relevantes.

III. Os dados colhidos serão classificados sistematicamente pelo Nupemec (Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos), que os publicará, ao menos anualmente, para conhecimento da população e para fins estatísticos e de avaliação da conciliação e da mediação pelos serviços notariais e de registro e de seus conciliadores e mediadores.

Nesse cenário, considerando as disposições do Provimento nº 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça, está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;

**1. (FGV - 2021)**

Quanto ao “tempo do crime”, o Código Penal brasileiro adota a teoria:

- (A) da atividade;
- (B) do resultado;
- (C) da ubiquidade;
- (D) da consumação;
- (E) do efeito.

2. (FGV - 2022)

Dentro dos critérios de solução do conflito aparente de normas, é correto afirmar que o princípio da:

- (A) subsidiariedade é presidido por mera análise lógica respeitante aos elementos constitutivos dos tipos penais decorrentes;
- (B) subsidiariedade estabelece que a incidência da norma principal, que tem uma sanção mais grave, afasta a incidência da norma subsidiária;
- (C) subsidiariedade é presidido por mera análise lógica referente a em que medida haveria uma relação de gênero e espécie essencialmente formal;
- (D) especialidade tem uma estrutura lógica de interferência, exigindo um juízo de valor do fato em relação às normas;
- (E) especialidade tem uma estrutura lógica de interferência, não de subordinação, exigindo uma verificação em concreto.

3. (FGV - 2025)

Waldir, cidadão brasileiro, depois de anos de poupança, conseguiu realizar o sonho de infância e comprou um pacote de viagem para conhecer a cidade de Orlando, nos EUA.

Como nunca havia viajado em avião, Waldir irritou-se com as condições precárias disponibilizadas na classe econômica da aeronave privada registrada sob bandeira brasileira e desistiu da viagem durante o voo, exigindo, aos gritos, o imediato retorno ao aeroporto de origem.

Ao ser advertido pela tripulação, Waldir agrediu fisicamente o comissário de bordo, de nacionalidade brasileira, causando-lhe lesão corporal grave, quando o avião já sobrevoava território estrangeiro.

Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fato está incondicionalmente sujeito à legislação brasileira, tendo em vista a nacionalidade do autor e da vítima do delito.
- (B) O fato está sujeito, simultaneamente, à legislação brasileira e à legislação estrangeira, sendo aplicável a teoria da ubiquidade quanto ao tempo do delito.
- (C) O fato está sujeito exclusivamente à legislação estrangeira, haja vista que a aeronave privada estava em território estrangeiro quando ocorreu a prática do delito.
- (D) O fato estará sujeito à legislação brasileira, caso não seja julgado no país estrangeiro em cujo território se encontrava a aeronave no momento da prática do delito.



1. (FGV - 2024)

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitava dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é **correto** afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. (FGV - 2024)

Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I.O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II.O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III.O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



1. (FGV - 2025)

Francisco Morato tem domicílio em Cidade Ocidental/GO e pretende ser empresário individual em Brasília/DF. Se o negócio der certo, Francisco Morato pretende abrir duas filiais, uma em Unai/MG e, outra, em Natividade/TO.

Considerando-se as normas do Código Civil para a inscrição do empresário e da instituição de filiais, é correto afirmar que Francisco Morato devera realizar sua inscrição como empresário na Junta Comercial do

- (A) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, sem necessidade de averbação da constituído das filiais na Junta Comercial do Estado de Goiás.
- (B) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresaria, Brasília, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, com averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Distrito Federal.
- (C) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial, por ser o lugar do seu domicílio.
- (D) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial por ser o lugar da sede.

2. (FGV - 2024)

De acordo com o Código Civil e em relação à caracterização, inscrição e capacidade do empresário individual, analise as afirmativas a seguir.

- I. A inscrição do empresário individual na Junta Comercial é uma exigência dispensável para sua caracterização.
- II. Desde que haja prévia autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, o incapaz poderá, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- III. Não se considera empresário, em qualquer situação, quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

3. (FGV - 2024)

O Código Civil, ao tratar da caracterização do empresário, afasta desse instituto as pessoas naturais que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística. Todavia, o Código Civil admitiu a possibilidade de essas pessoas virem a ser reputadas empresárias e, como tal, sujeitarem-se à inscrição na Junta Comercial.

**1. (FGV - 2025)**

A prática de recrutamento que, apesar de ser mais econômica e ágil em comparação às demais, pode comprometer a inovação e dificultar os processos de mudança na organização é conhecida como

- (A) recrutamento interno.
- (B) recrutamento externo.
- (C) recrutamento potencial.
- (D) recrutamento seletivo.
- (E) recrutamento por triagem.

2. (FGV - 2025)

O risco de limitar a inovação e reduzir a diversidade na cultura organizacional deve ser considerado quando uma empresa adota, como estratégia de recrutamento para preenchimento de vagas, o modelo

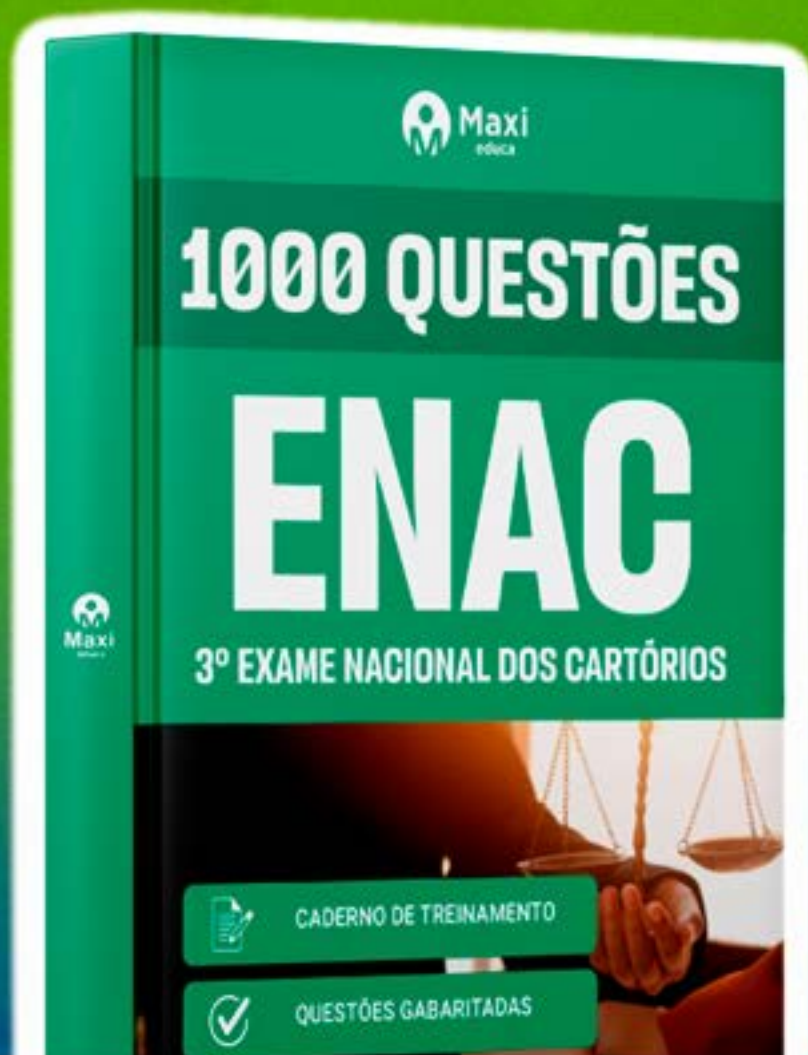
- (A) interno.
- (B) externo.
- (C) psicográfico.
- (D) por colocação.
- (E) por classificação.

3. (FGV - 2025)

Diógenes atua há vários anos no setor de marketing de uma empresa, onde se destacou na formulação de campanhas publicitárias e recebeu reconhecimento tanto da equipe quanto de seus superiores. Em razão dos resultados alcançados e do comprometimento demonstrado, foi recentemente promovido ao cargo de diretor de marketing, assumindo uma função de maior responsabilidade dentro da estrutura organizacional.

Considerando os conceitos relacionados aos tipos de recrutamento e movimentação, é correto afirmar que o caso descrito caracteriza um processo de recrutamento:

- (A) interno, com movimentação vertical.
- (B) interno, com movimentação horizontal.
- (C) externo, com movimentação funcional.
- (D) externo, com movimentação matricial.
- (E) misto, com movimentação diagonal.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!